DIÁRIO OFICIAL
ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE ALTINÓPOLIS

Lei nº 1.967/2017
Prefeitura de Altinópolis
www.altinopolis.sp.gov.br

Rua Major Garcia 144 | Centro | CEP: 14350-000 | Telefone: 16 3665-9500

Ano VIII | Edição nº 1632 | Página 1 de 4 | Terça-feira, 05 de novembro de 2024 - Secretaria da Administração e Finanças

PODER LEGISLATIVO

Outros Atos

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Data: 30/10/2024 - terça-feira – 18h30min
Análise e discussão popular dos orçamentos do Município (LDO e LOA) para 2025

Ata da Audiência Pública, realizada aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (30/10/2024), terça-feira, previamente inserida no calendário anual pelo Ato da Presidência nº 001/2024[1], publicado no Diário Oficial do Município em 18/01/2024 ratificada pelo Ato da Presidência nº 004/2024[2], publicado no Diário Oficial do Município em 23/08/2024, para análise e discussão popular das peças de planejamento do município constantes nos projetos:

PL Nº 13/2024 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Estabelece as regras para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do ano seguinte. (Disponível em: https://altinopolis.siscam.com.br/arquivo?Id=8672)

PL Nº 16/2024 - LOA – Lei Orçamentária Anual

Prevê as receitas e fixa as despesas para o ano seguinte, indicando quanto será aplicado em cada área e de onde virão os recursos. (Disponível em: https://altinopolis.siscam.com.br/arquivo?Id=8730)

Do incentivo à participação popular:

Em conformidade com as boas práticas inerentes ao incentivo da efetividade da participação cidadã, a Câmara Municipal, visando garantir uma audiência pública com ampla participação da sociedade civil, tomou todas as medidas necessárias, tendo realizada a ampla e prévia divulgação do documento convocatório com especificação clara da matéria a ser debatida, o local e o horário, este último cuidadosamente estabelecido fora do horário comercial, para assegurar acessibilidade a todos os cidadãos. Além disso, foi assegurado o livre acesso aos cidadãos interessados, a sistematização das contribuições recebidas e o compromisso de dar publicidade aos resultados da audiência, garantindo a devida resposta às propostas apresentadas pela população. Não obstante, a Audiência foi transmitida, ao vivo, pelo canal oficial do Poder Legislativo no Youtube, no link: https://www.youtube.com/live/rbNoZQLSwZE, tendo sido propiciado a possibilidade de formulação de apontamentos pela população por meio do *chat* da transmissão, assegurando-se seu encaminhamento aos responsáveis para os devidos esclarecimentos, através do Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidoria, representado no presente ato público pelo servidor do Legislativo, Sr. Roberto César Alves Leite, Diretor Geral Administrativo. Também foram enviados convites, por ofício, ao Poder Executivo (Of. 67/2024), bem como aos representantes de bairros cadastrados: Sr. Luis Carlos Manduca, Presidente da Associação de Moradores dos bairros Figueiredo Walter, Ulisses Guimarães e Edmar Vicentini (Of. 68/2024) e Sr. Gilberto Magalhães, Presidente da Associação dos Amigos do Parque da Lagoa (Of. 69/2024). Na data de 23/10/2024, foram enviados pelo Departamento de Contabilidade da Prefeitura, os documentos da apresentação intitulados: - "Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2025", disponibilizado na íntegra, na descrição do vídeo da transmissão ao vivo, por meio do link: https://altinopolis.siscam.com.br/arquivo?Id=8801 e "LOA – Lei Orçamentária Anual 2025" - link: https://altinopolis.siscam.com.br/arquivo?Id=8800

Do registro de presença:

Estiveram presentes na Audiências os Vereadores: ANA MARIA FRIGHETTO MENOSSI E JOSE CARLOS CRISTINO DA SILVA. O vereador BENEDITO RIBEIRO entrou em contato com a Secretaria, na parte da tarde, e solicitou que fosse registrado suas justificativas de ausência, devido à problemas de saúde e O vereador HUELDER MALAGUTTI registrou sua impossibilidade de comparecer devido à compromissos de interesse do município fora da cidade. O Poder Executivo se fez representar pela servidora ROSELI ZORZENON INHAUSER. Também estiveram presentes os servidores do Poder Legislativo, ROBERTO CÉSAR ALVES LEITE e a servidora ALINE FARIA DE OLIVEIRA.

Da apresentação e das manifestações da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Após as explanações referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias, foram registradas as seguintes manifestações: a vereadora ANA FRIGHETTO questionou sobre a projeção das metas anuais para 2025, observando uma variação nos valores das receitas primárias ao longo dos anos, com oscilações entre aumento e diminuição. A Sra. Roseli explicou que há uma diferença entre valor corrente e valor constante, que o valor atual representa a previsão das receitas primárias que realmente entrarão no Caixa da Prefeitura, considerando o cenário macroeconômico, como contribuintes, elevação de alíquotas e inflação. E que o valor constantemente ajusta o valor atual descontando a inflação, refletindo no poder aquisitivo real do dinheiro. Os cálculos são feitos por um sistema que analisa dados dos últimos anos, aplicando projeções de inflação e possíveis aumentos, como no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), para estimar as metas anuais. Após as explicações, a vereadora ANA questionou que a previsão indicava uma inflação em torno de 12%. Roseli respondeu que, para a elaboração da LDO, utiliza os dados do Boletim Focus, que fornece informações econômicas nos dados específicos da elaboração. Ela explicou que esses dados podem variar ao longo do tempo, conforme o cenário econômico muda para anos como 2026 e 2027. Na época, a previsão indicava uma inflação baixa e, apesar de ainda descontá-la, as projeções apontavam crescimento econômico para os próximos anos, refletindo um aumento gradual nas metas fiscais. Após, a vereadora

DIÁRIO OFICIAL
ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE ALTINÓPOLIS

Lei nº 1.967/2017
Prefeitura de Altinópolis
www.altinopolis.sp.gov.br

Rua Major Garcia 144 | Centro | CEP: 14350-000 | Telefone: 16 3665-9500

Ana solicitou esclarecimento referente se o valor indicado significaria que não seria necessário realizar financiamentos. Roseli explicou que, como Altinópolis é um município pequeno, ele não vende títulos públicos para se financiar, ao contrário do governo federal. Um resultado nominal negativo, no caso do município, não é necessariamente ruim; significa que o esforço de pagamento da dívida é suficiente para quitá-la e ainda manter um saldo em caixa, sem necessidade de financiamentos externos para o funcionamento da prefeitura. A vereadora ANA perguntou se isso significa que a prefeitura possui dívidas. A Sra. Roseli respondeu que, embora a prefeitura tenha dívidas, elas estão cobertas com o saldo disponível, sem a necessidade de buscar financiamento no mercado para sustentar as atividades da administração. A vereadora questionou em que data foi feita os cálculos, e a Sra. Roseli respondeu que provavelmente foi feito no final de junho, visto que demora em torno de 30 dias para a elaboração. Um munícipe presente no ato, questionou sobre o resultado nominal, pedindo esclarecimento sobre o motivo de ele ser negativo, sua origem e o que ele representa, se não seriam as receitas e despesas. Ele também perguntou sobre as variações significativas nos valores, observando uma diferença de milhões de um ano para outro, e pediu explicações sobre essas oscilações. A Sra. Roseli respondeu que o resultado nominal considera o período de um ano, de dezembro do ano anterior a dezembro do ano posterior. Nesse período, ele inclui a disponibilidade de caixa, os valores a pagar (mesmo que ainda não pagos) e as dívidas assumidas de longo prazo, para chegar ao cálculo do resultado nominal. Deu como exemplo, que ao final de 2024, será feito um comparativo com 2023 para avaliar se houve um esforço para manter o resultado nominal compatível, isto é, com caixa suficiente para pagar as dívidas e ainda manter saldo positivo. Abriu o projeto de lei para que pudesse esclarecer que o projeto mostra se foi possível atingir o objetivo de ter recursos para quitar dívidas sem acumular mais subsídios do que o que pode ser pago. Que na Lei Orçamentária, consta que o resultado nominal é de R$ 2.638.683,40. Embora o projeto seja complexo e envolva análises das receitas, projeções de inflação e dívidas acumuladas dos anos anteriores, ele reflete que, ao final, a dívida é paga e ainda sobram recursos. O munícipe ainda questionou sobre a grande diferença no resultado nominal projetado de 2025 para 2026 e qual item ou dívida específica contribuiu para essa variação de mais de R$ 2,5 milhões. A Sra. Roseli respondeu que a dívida do município está sendo constantemente reduzida e amortizada, mas que a projeção para 2026 e 2027 é superficial devido à falta de previsão exata da disponibilidade de caixa para esses anos. Ela explicou que a dívida atual do município é de R$ 1,94 milhão, referente a parcelamentos com o IMPRAL e o INSS, um valor considerado pequeno em comparação à arrecadação de R$ 112 milhões. Destacou-se que esses demonstrativos são mais aplicáveis ao governo federal ou às grandes cidades com dívidas maiores, mas para Altinópolis serve mais como parâmetro para a LOA, refletindo a boa saúde financeira do município. A munícipe, pelo chat do YouTube, Ana Paula Tavares Milan, questionou se a renúncia da receita na cobrança da dívida ativa aconteceu em anos anteriores e qual foi o posicionamento do Tribunal de Contas sobre o assunto. A Sra. Roseli respondeu que nunca houve um questionamento em relação à renúncia de receita, e que não há nenhuma irregularidade perante ao Tribunal de Contas nesse assunto.

Da apresentação e das manifestações da Lei orçamentária anual:

Após as explanações referente à Lei Orçamentária Anual, foram registradas as seguintes manifestações: a vereadora ANA FRIGHETTO questionou como os R$ 8.174.000 destinados à conservação de espaços e vias públicas estão sendo utilizados no programa da Secretaria de Infraestrutura, Planejamento, Obras e Serviços. Ela mencionou a falta de melhorias em locais como a Praça da Fraternidade e a Praça da COHAB, destacando problemas como a ausência de bancos, parquinhos e câmeras de segurança, além de esculturas no Jardim das Esculturas que não foram restauradas. A Sra. Roseli explicou que os R$ 8.174.000,00 destinados à conservação de espaços e vias públicas em 2025 serão divididos principalmente entre gastos com pessoal, serviços de empresas, e material de consumo. Esses recursos não são apenas para a parte estética, mas também para a operacional, como iluminação pública, bombeamento de água, pintura de vias, manutenção. Ela destacou que cabe à nova gestão decidir como redistribuir esses recursos. As opções incluem contratar empresas para zeladoria ou ampliar o quadro de funcionários. Embora o orçamento atual seja baseado nas necessidades já especificadas, ele pode ser redirecionado por meio de projeto de lei. Roseli também informou que a nova administração trabalhará com o PPA modificado pelo governo anterior, e mudanças significativas precisam ser justificadas ao Tribunal de Contas.

A vereadora ANA também questionou como foi calculado o aumento de 30,68% no percentual de recursos próprios a serem aplicados na educação para o próximo ano. A Sra. Roseli esclareceu que não se trata de um aumento, mas de uma aplicação obrigatória de pelo menos 25% da receita em educação, conforme a base de cálculo específica. Para 2025, está previsto que 30% do orçamento será destinado à educação. A maior parte desse valor será utilizada para vencimentos e vantagens fixas, incluindo o reajuste do salário mínimo. Ela ressaltou que o orçamento está focado em manter as ações existentes, sem grandes obras ou mudanças significativas. Um munícipe presente no ato, criticou o estado de conservação da Praça dos Trabalhadores, destacando a falta de manutenção apesar do orçamento de 8 milhões da Secretaria de Obras. Abordou a questão do saneamento básico e expressou sua

DIÁRIO OFICIAL
ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE ALTINÓPOLIS

Lei nº 1.967/2017
Prefeitura de Altinópolis
www.altinopolis.sp.gov.br

Rua Major Garcia 144 | Centro | CEP: 14350-000 | Telefone: 16 3665-9500

preocupação com a falta de transparência nas informações orçamentárias relacionadas à arrecadação de água, indicando que deveria haver mais clareza sobre esses dados. A Sra. Roseli ressaltou que os dados estão no portal da transparência e explicou que a apresentação do orçamento foi feita de forma sucinta para evitar prolongar a audiência, Ela destacou que todas as informações planejadas sobre o orçamento, incluindo arrecadações do FPM, água e esgoto, estão disponíveis online por meio de um link. O munícipe questionou sobre a existência de um plano de saneamento básico para o município, mencionando que não encontrou informações sobre ele, destacou a obrigação de apresentar um plano a cada dois anos e pediu esclarecimentos sobre o que está previsto no orçamento para resolver as questões de saneamento, e enfatizou que os problemas não se limitam a instruções pontuais, como o uso de bombas, mas sim um investimento estruturado e um plano claro que deve constar no orçamento para o saneamento básico no município. A Sra. Roseli informou que as ações atuais em relação ao saneamento básico de Altinópolis serão mantidas no orçamento para 2025, destacando que a estação de tratamento de esgoto está em pleno funcionamento, com recursos federais, estaduais e municipais, e que essa infraestrutura já possui capacidade para atender até três vezes a população atual. E em relação à captação de água, Roseli explicou que a água é subterrânea, o que gera problemas no bombeamento e que as quebras de bomba são complicadas e demoram para serem consertadas, resultando em períodos sem abastecimento. Ela ressaltou que a conscientização da população sobre o uso consciente da água é essencial, especialmente durante as manutenções. O munícipe, destacou sua experiência de 28 anos na Sabesp, (uma das maiores empresas de saneamento da América Latina), e ressaltou sobre a importância do conhecimento técnico na gestão de saneamento, e que tem consciência dos desafios enfrentados no setor e como resolvê-los, afirmando que não está buscando benefícios pessoais, mas sim compartilhando suas preocupações como cidadão. Roseli respondeu que a participação do munícipe na composição do conselho de saneamento é fundamental, enfatizando que sua experiência e conhecimento seriam importantes para a gestão do próximo exercício. Ela destacou a necessidade de conscientização da comunidade sobre como funciona o sistema de saneamento, confirmando que muitos não têm essa compreensão. Um munícipe presente no ato, fez observações relevantes sobre a área da saúde, destacando o repasse significativo de cerca de 10 milhões de reais ao hospital, ressaltando a importância da APAE, que recentemente foi credenciada como CER II, um pedido que foi aguardado desde 2017. No entanto, ele expressou preocupação com a falta de recursos adequados para custear e manter os serviços prestados pela APAE, especialmente porque a criação de novos serviços na saúde geralmente não vem acompanhado de verbas para manutenção. O munícipe alertou que, com a APAE atendendo outras cidades da região, como Cajuru, Santo Antônio e Cássia dos Coqueiros, o município pode enfrentar um aumento nas despesas de saúde, o que exigirá remanejamento de recursos de outras áreas, potencialmente dificultando o cumprimento do orçamento. Ele concluiu ressaltando que a nova gestão enfrentará desafios para lidar com um orçamento mais restrito, dadas as novas demandas de atendimento. A Sra. Roseli reconheceu que o recurso destinado à APAE não estava previsto na LOA devido à falta de informações durante sua elaboração. Ela ressaltou que a expectativa é que, uma vez que os serviços sejam iniciados, os recursos provenientes do Governo Federal sejam repassados à APAE, permitindo o funcionamento do CER II. Ela destacou a necessidade de que, se os recursos não forem suficientes para cobrir os custos do serviço, será responsabilidade do executivo de Altinópolis, em colaboração com os executivos das cidades atendidas, e com o apoio dos vereadores, buscar fontes adicionais de financiamento. Roseli enfatizou que a utilização de recursos próprios, especialmente aqueles já comprometidos em áreas deficitárias, seriam inviáveis. Um munícipe presente no ato, questionou sobre a previsão de arrecadação, mencionando que a empresa assessora estimou um aumento de 10%, o que é significativamente maior do que o aumento de 1,4% previsto para Ribeirão Preto e 1,6% para Franca. Ele também levantou a questão do aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que, segundo ele, poderia ser influenciado pelo crescimento da população, e se há uma previsão de aumento na arrecadação do FPM e se esse aumento estaria relacionado ao percentual proposto para o aumento dos servidores. Roseli explicou que a previsão de arrecadação do município considera um aumento de 10%, mas isso não representa uma superestimação. O orçamento para o próximo ano está baseado nas arrecadações reais de janeiro a agosto, prevendo um aumento de menos de 6 milhões em relação ao ano anterior, o que se mantém dentro de um percentual compatível de 42,79% e não compromete outras áreas. Ela enfatizou que a maior parte do gasto ainda é com funcionários, pois a prestação de serviços depende deles, e destacou que a arrecadação do município é influenciada principalmente pelo FPM e pelo ICMS, que variam de acordo com o cenário macroeconômico. Roseli alertou que fatores externos, como crises ou eventos imprevistos, podem impactar essa arrecadação, exigindo do governo um cuidado especial para evitar déficits orçamentários. Respondendo questionamento de munícipe fora do microfone, a Sra. Roseli respondeu que na última análise, a renúncia fiscal era de aproximadamente 300 mil, enquanto a arrecadação poderia ultrapassar 600 mil. Ela explicou que essa renúncia aumentava a arrecadação da dívida ativa, enfatizando que, para a população de Altinópolis, com seus 17 mil habitantes, é fundamental que todos paguem suas contas, como impostos e taxas de água, para garantir a

continuidade dos serviços oferecidos. Também abordou a necessidade de comprometimento da população com o município, sugerindo a busca por alternativas que facilitem os pagamentos. Ela fez uma comparação com Ribeirão Preto, onde, embora o orçamento per capita seja maior, a cidade não oferece a mesma gama de serviços que Altinópolis, onde há cidadãos desassistidos. Ela reconheceu que, apesar das melhorias necessárias, a cidade presta serviços adequados e que esses serviços, dirigidos por programas de assistência social, continuarão na próxima gestão. Roseli concluiu ressaltando que, embora os serviços não sejam perfeitos, eles são bons e que um novo PPA deverá ser elaborado em 2025 para atender às necessidades futuras, permitindo ajustes orçamentários conforme necessário. Após, o presidente Zé Cristino alertou sobre os desafios que o próximo prefeito de Altinópolis enfrentará nas áreas de educação e saúde, destacando que, apesar do orçamento, será crucial buscar recursos adicionais devido ao aumento populacional e à crescente demanda por serviços. Ele enfatizou a necessidade de profissionais capacitados nessas áreas, ressaltando que quanto mais se investe em saúde, mais aumenta a demanda. Além disso, mencionou a crítica situação do abastecimento de água na cidade, afirmando que o problema não é apenas a falta de equipamentos, mas a insuficiência da água disponível. Zé Cristino concluiu esperando que o próximo prefeito forme uma equipe competente para atender às necessidades da população. Encerrou-se a audiência e convidou os ouvintes e os presentes para a sessão ordinária no dia 05/11, às 18 horas e 30 minutos, no seu horário regimental.

Do encerramento:

Eu, Roberto César Alves Leite, Diretor Geral Administrativo da Câmara e o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, JOSÉ CARLOS CRISTINO DA SILVA, lavramos para constar a presente ata, a qual, depois de lida e considerada de conformidade com os trabalhos realizados, vai assinada por nós.

Roberto César Alves Leite
Diretor Geral Administrativo
José Carlos Cristino da Silva
Presidente da Câmara

---

[1] Ato da Presidência nº 001/2024 – Disponível em: https://altinopolis.siscam.com.br/arquivo?Id=8315

[2] Ato da Presidência nº 004/2024 – Disponível em: https://altinopolis.siscam.com.br/arquivo?Id=8695

.....